

Zélia usará deságio para reduzir dívida

Helival Rios

O Brasil vai partir para uma negociação não-convencional da dívida externa com os credores estrangeiros, tentando se apropriar ao máximo dos deságios (ou descontos) existentes sobre o montante devido pelo País. Esses deságios são negociados no mercado interbancário e atingem hoje até 60% do valor nominal da dívida brasileira. Isso significa que se a estratégia do governo for bem-sucedida, a dívida externa do País poderá sofrer reduções que vão até esse índice, incidente sobre todo o estoque da dívida.

A intenção do governo de partir para uma negociação não-convencional, que inclua uma apropriação do País de parte dos deságios, foi anunciada ontem, no Palácio do Planalto, pela ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, Fazenda e Planejamento, ao final da terceira reunião ministerial realizada ontem pelo presidente Fernando Collor.

A primeira tentativa do Brasil de concluir com os banqueiros privados estrangeiros uma negociação não-convencional, que nego-

ciasse prazos mais longos e deságios, sobre o estoque da dívida, fora, portanto, das normas convencionais, que se limitam a condições como a redução de spreads (taxas de risco), foi feita no governo Sarney, pelo então ministro Bresser Pereira. A tentativa, contudo, foi mal recebida pelos bancos e não chegou a bom termo. Com o afastamento de Bresser do ministério, o governo acabou optando pela aceitação das normas tradicionais.

Detalhes

Interpelada ontem sobre essa questão, a ministra Zélia negou-se a antecipar detalhes da estratégia a ser utilizada pelo Brasil nas negociações da dívida externa, mas destacou, com relação aos deságios, que a idéia do governo é a de apropriar-se deles ao máximo, porque, segundo ela entende, "o Brasil já transferiu recursos demais para o exterior".

Segundo a ministra, o atual governo tem absoluta disposição de negociar com seus credores, "de sentar-se à mesa e de inovar neste sentido, porque, na verdade, até hoje não tivemos nenhuma negociação da dívida". O que houve antes, para Zélia, foi a assinatura, pe-

lo governo brasileiro, de termos de adesão escritos pelos banqueiros. Isso, ela diz, não vai mais acontecer. "Nós queremos sentar e negociar. E essa é a primeira inovação". Segundo a ministra, o Brasil não poderá remeter para o exterior, daqui para a frente, mais do que US\$ 5 bilhões anuais na forma de pagamento de juros e amortizações.

Zélia disse que a imagem que o Brasil mantém hoje no exterior está completamente mudada. "Temos hoje uma credibilidade inédita na história recente do País", afirma.

Zélia disse, que, no próximo mês, virá ao Brasil uma missão do FMI (Fundo Monetário Internacional), para dar início a uma negociação de um esmopréstimo standy-by (uma das modalidades mais comuns de empréstimos fornecidos pelo FMI aos países-membros para cobrir lacunas do balanço de pagamentos).

Na próxima semana, retomam-se novos entendimentos com o Banco Mundial e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, que virá a Brasília.